



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 1563/2021 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0427/21.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa da nobre Vereadora Sandra Tadeu, que visa acrescentar o nome "Marginal do Rio Pinheiros", às seguintes vias de sua extensão:

- a) Avenida Engenheiro Billings, passando a se chamar: Avenida Engenheiro Billings - Marginal do Rio Pinheiros;
- b) Avenida Alcides Sangirardi, passando a se chamar: Avenida Alcides Sangirardi - Marginal do Rio Pinheiros;
- c) Avenida Magalhães de Castro, passando a se chamar: Avenida Magalhães de Castro - Marginal do Rio Pinheiros;
- d) Avenida Major Sylvio de Magalhães Padilha, passando a se chamar: Avenida Major Sylvio de Magalhães Padilha - Marginal do Rio Pinheiros;
- e) Avenida Doutora Ruth Cardoso (antigo trecho da Rua Hungria), passando a se chamar: Avenida Doutora Ruth Cardoso - Marginal do Rio Pinheiros;
- f) Avenida Guido Caloi, passando a se chamar: Avenida Guido Caloi - Marginal do Rio Pinheiros;
- g) Avenida das Nações Unidas, passando a se chamar: Avenida das Nações Unidas - Marginal do Rio Pinheiros;
- h) Rua Hungria, passando a se chamar: Rua Hungria - Marginal do Rio Pinheiros;
- i) Rodovia Professor Simão Faiguenboim, passando a se chamar: Rodovia Professor Simão Faiguenboim - Marginal do Rio Pinheiros.

Sob o aspecto estritamente jurídico, o projeto pode seguir em tramitação.

O projeto veicula matéria de típico interesse local inserida, portanto, na competência legislativa do Município, prevista no art. 30, inciso I, da Constituição Federal e no art. 13, inciso I, de nossa Lei Orgânica.

De modo mais específico no tocante a denominações de vias, logradouros e próprios públicos a competência desta Casa está prevista pela Lei Orgânica do Município nos artigos 13, incisos XVII e XXI, e 70, parágrafo único, segundo os quais o Legislativo Municipal pode denominar vias e logradouros públicos, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, sendo referida competência concorrente com o Prefeito, bem como autorizar nos termos da lei, a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

O projeto está em sintonia com os ditames da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre denominação e alteração de denominação de vias, logradouros e próprios municipais.

Por se tratar de alteração de denominação, para a sua aprovação será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros, na forma do art. 40, §3º, XVI, da Lei Orgânica Municipal.

Ante o exposto, somos PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 13/12/2021.

Sandra Tadeu (DEM) - Presidente
Alessandro Guedes (PT)
Faria de Sá (PP)
Gilberto Nascimento (PSC)
João Jorge (PSDB)
Professor Toninho Vespoli (PSOL) - Relator
Rubinho Nunes (PSL)
Sansão Pereira (REPUBLICANOS)
Thammy Miranda (PL)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 14/12/2021, p. 152

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.